

95
anos

ÍNICIO > CRONOLOGIA DOS 95 ANOS DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Cronologia dos 95 anos da Ordem dos Advogados

Conheça a cronologia da criação da Ordem dos Advogados desde o seu início, com destaque para os momentos mais importantes da sua história.



1290

Fundação da Universidade Portuguesa

Em Portugal, os estudos jurídicos remontam à fundação da Universidade de Coimbra.



1446 – 1514

Ordenações Afonsinas

95
anos

1513 – 1603

Ordenações Manuelinas

Os graduados em direito civil e canónico podiam advogar sem necessidade de fazer qualquer exame de acesso à profissão. Foi estabelecida a idade mínima de 25 anos para exercer a actividade e a responsabilidade civil por danos causados a terceiros. Os Advogados passaram a usufruir de privilégios, sendo dispensados de ir à guerra e do pagamento de quaisquer impostos. Tinham de prestar defesa aos mais desprotegidos.

1536

Tribunal do Santo Ofício

No Tribunal do Santo Ofício os Advogados tinham de atestar a sua “limpeza de sangue” e no âmbito inquisitório não tinham qualquer poder de actuação no papel de defesa do constituinte. Desde logo, os acusados só depois de submetidos às torturas do interrogatório dos inquisidores poderiam constituir Advogado, ficando este sujeito ao Manual dos Inquisidores e o Regimento da Inquisição.

1581

Ordenações Filipinas

Os Advogados tinham de possuir formação de 8 anos em estudos de direito canónico e civil, mas só podiam exercer a profissão passados dois anos depois da formação. No Tribunal da Suplicação havia lugar para 40 advogados e para ser admitido a intervir neste Tribunal, o Advogado tinha de ser submetido a um concurso público com provas práticas. Nos tribunais eclesiásticos, o Advogado tinha de fazer a prova da “limpeza do sangue”. Os advogados deviam falar verdade e emitir a sua opinião com franqueza. Sobre eles recaía também a obrigação de sigilo, quanto aos factos conhecidos no exercício da profissão. Caso por culpa, desleixo ou ignorância causassem dano aos seus constituintes, teriam de os indemnizar. As Ordenações Filipinas proibiam que o Advogado

95
anos

1835

Sociedade Jurídica de Lisboa

Fundada em 1835 por Advogados, Magistrados e Bacharéis, a Sociedade Jurídica de Lisboa resultou da consciência de classe que se foi adquirindo e da necessidade de criação de uma organização que os unisse, disciplinasse e defendesse minimamente a sua actividade. Nesse ano surgiram também a Sociedade Jurídica Portuense e a Associação Jurídica de Braga. Os Annaes da Sociedade Jurídica de Lisboa ocupam na história do periodismo jurídico nacional lugar de grande destaque dado serem a primeira revista jurídica portuguesa, publicada entre 1835 e 1837.

1838

Associação dos Advogados de Lisboa

A 23 de Março de 1838 foram aprovados os estatutos da Associação dos Advogados de Lisboa, sendo a sua fundação dos factos mais importantes da história da advocacia portuguesa. “O objecto da Associação é conseguir a organização definitiva da Ordem dos Advogados e auxiliarem-se os Associados mutuamente, tanto para consultas, como para manutenção dos seus direitos”.

1857

Annaes da Associação dos Advogados de Lisboa

Dezanove anos após a fundação da Associação e sendo seu Presidente José Maria da Costa Silveira da Motta iniciou-se a publicação dos Annaes da Associação dos Advogados de Lisboa, um dos mais antigos periódicos jurídicos editados em Portugal, de grande relevância para o estudo da história da Advocacia no nosso país.

95
anos

1910

Implantação da República

Foram diversos os Advogados envolvidos na implantação da República (entre eles Afonso Costa) que assumiu a pasta da Justiça do Governo Provisório (1910-1911).

1911

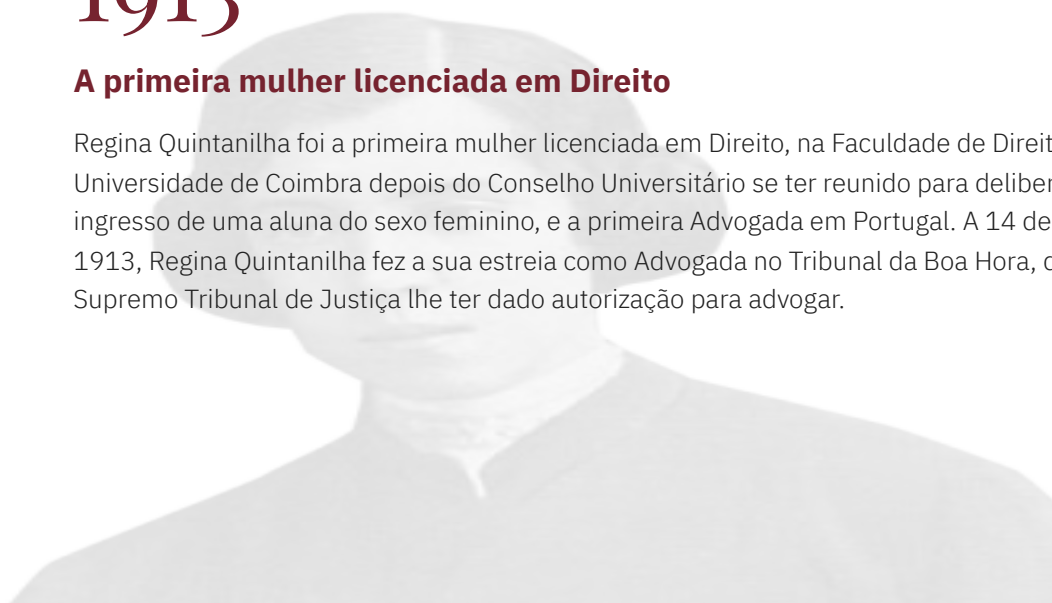
Faculdade de Direito de Lisboa

A 22 de Março, foram criadas as Universidades do Porto e Lisboa, por iniciativa de Afonso Costa, Presidente do Ministério do V Governo da República, a Faculdade de Direito de Lisboa abriu as suas portas em Dezembro de 1913. Fundada em Junho de 1913 a Faculdade de Direito da Universidade do Porto só viria a ser criada por Despacho de 16 de Junho de 1994.

1913

A primeira mulher licenciada em Direito

Regina Quintanilha foi a primeira mulher licenciada em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra depois do Conselho Universitário se ter reunido para deliberar sobre o ingresso de uma aluna do sexo feminino, e a primeira Advogada em Portugal. A 14 de Novembro de 1913, Regina Quintanilha fez a sua estreia como Advogada no Tribunal da Boa Hora, depois do Supremo Tribunal de Justiça lhe ter dado autorização para advogar.



1918

95
anos

Cultos, consagrava no seu Artigo 1.º que “A partir da promulgação deste decreto as mulheres munidas de uma carta de formatura em direito é permitido o exercício da profissão de advogados, ajudante de notário e ajudante de conservador.”

1918

Organização da Ordem dos Advogados

Por portaria de 24 de Maio de 1918 foi convidada a Associação dos Advogados de Lisboa a formular um plano de Organização da Ordem dos Advogados. A resolução de cometer à Associação fazer o risco da Ordem partiu do então Ministro da Justiça, o Conselheiro Alberto Osório de Castro.

1926

Decreto Oficial da criação da Ordem dos Advogados

A 12 de Junho de 1926 que foi publicado o Decreto 11.715, de 12 de Junho, que criou a Ordem dos Advogados, a primeira ordem profissional fundada no nosso país. A sua criação deve-se essencialmente à obra de três homens: Abranches Ferrão, autor do projecto inicial do diploma; Manuel Rodrigues, Ministro da Justiça que promoveu a sua aprovação, e Vicente Rodrigues Monteiro, que procedeu à implementação em concreto da Ordem dos Advogados, vindo a ser o seu primeiro Bastonário.

ADVOGADOS INSCRITOS 1720

1927

Eleição Presidente do Conselho Geral

Foi eleito para Presidente do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, o Dr. Vicente Rodrigues Monteiro, último Presidente da Associação dos Advogados de Lisboa.

95
anos

1931

Boletim da Ordem dos Advogados

Em Julho de 1931, no mandato do Bastonário Martins de Carvalho, iniciou-se a publicação do Boletim da Ordem dos Advogados que teve como Comissão Redactora inicial os Drs. Catanho de Meneses, Matos Cid, Madeira Pinto, Carlos Olavo e Arnaldo Monteiro.

1932

Biblioteca da Ordem dos Advogados

A 1 de Março de 1932, em Sessão da Comissão Executiva da Ordem dos Advogados, presidida pelo Dr. Martins de Carvalho, foi deliberado abrir a Biblioteca à consulta dos Advogados inscritos na Ordem, bem como aos Magistrados. O primeiro Director da Biblioteca da Ordem dos Advogados foi o Bastonário Vicente Rodrigues Monteiro e seu Conservador Theotónio de Malta Jotta, que exerceria tais funções durante mais de quatro décadas.

1936

A Sede da Ordem dos Advogados

A Ordem dos Advogados, inicialmente instalada na sede da Associação dos Advogados de Lisboa, na Rua da Emenda, arrendou, em 1936, à Companhia dos Tabacos de Portugal, o 1.º andar do Palácio Regaleira, no Largo de São Domingos, em Lisboa.

95
anos

Revista da Ordem dos Advogados

Início da publicação da Revista da Ordem dos Advogados, periódico com conteúdos doutrinários, legislativos, jurisprudenciais, culturais e noticiosos. O Bastonário Carlos Ferreira Pires foi o primeiro Director da Revista e o corpo redactorial composto pelos Drs. Adolfo Bravo, Artur de Oliveira Ramos, César Abranches, António Pedro Pinto de Mesquita e Pedro Goes Pitta. Pouco depois dizia o Dr. Acácio Furtado da revista e matérias nela tratadas: “tudo dá à nossa Revista uma feição própria e muito especial, que a distingue de qualquer outra e que a integra perfeitamente na profissão do advogado e essencialmente aos advogados interessa, tornando-se para estes, a quem se destina gratuitamente, um precioso elemento de indispensável consulta e proveitosa orientação”.

1944

Estatuto Judiciário

O Decreto-lei nº 33 547, de 23 de Fevereiro (o terceiro Estatuto Judiciário) veio mais uma vez alterar profundamente a organização e funcionamento da Ordem. De salientar que nesta época a mulher casada não podia ser inscrita como Advogada, sem autorização do marido ou seu suprimento judicial.

1947

Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados

Em 22 de Outubro, por Decreto-lei nº 36550, foi criada a Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados, junto do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, com sede em Lisboa e âmbito nacional. Desde então, passaram a ser obrigatoriamente inscritos na Caixa de Previdência todos os membros da Ordem dos Advogados que efectivamente exercessem a profissão de advogado e não tivessem, então, mais de 50 anos de idade. E os advogados que se encontrassem inscritos noutras caixas passariam a ter direito a obter a sua transferência para esta Caixa. Nessa altura é integrado na Caixa de Previdência, como fundo especial, o Fundo de Assistência Profissional existente na ordem dos advogados.

ADVOGADOS INSCRITOS: 1839

95
anos

XXV aniversário

Por ocasião da comemoração do seu XXV aniversário, a Ordem dos Advogados foi condecorada, em sessão presidida pelo Presidente da República, com o Grande Oficialato da Ordem de São Tiago da Espada.

1970

Lei da assistência judiciária

Publicação da Lei n.º 7/70 – Diário do Governo n.º 134/1970, Série I de 1970-06-09, que insere disposições relativas à assistência judiciária. Consagrando que “a assistência judiciária compreende a dispensa, total ou parcial, de preparos e do prévio pagamento de custas, e bem assim o patrocínio officioso.” Nesta data são colocadas na escadaria da sede da Ordem dos Advogados, as três esculturas em pedra, representando A Ordem, A Lei e a Providência, da autoria do escultor António Lagoa Henriques.

ADVOGADOS INSCRITOS: 2573

1972

I Congresso Nacional dos advogados portugueses

No mandato do Bastonário Angelo d’Almeida Ribeiro, teve lugar em Lisboa, entre 16 e 19 de Novembro de 1972, o I Congresso Nacional dos Advogados.

95
anos

A Ordem dos Advogados e o 25 de Abril de 1974

“A Ordem dos Advogados manifesta a sua satisfação por todas as medidas que garantam aos cidadãos a sua liberdade e o seu direito à livre expressão e associação” in Boletim Informativo da Ordem dos Advogados | Abril-Maio de 1974. Escreveu na altura o Bastonário Angelo d’Almeida Ribeiro que “antes do 25 de Abril, a Ordem dos Advogados foi das poucas instituições que se manifestaram publicamente, em numerosas circunstâncias, defendendo os direitos e liberdades ameaçadas ou postergadas.”

Em Outubro, o Decreto-Lei n.º 572/74 veio fixar as normas relativas à eleição dos corpos gerentes da Ordem dos Advogados determinando que “O bastonário e todos os membros do conselho superior e do conselho geral são eleitos, por sufrágio directo, pela assembleia geral da Ordem.”.

ADVOGADOS INSCRITOS: 2960

1979

Regime jurídico de Sociedades de Advogados

Foi publicado o decreto que estrutura o regime jurídico de sociedades de advogados – Decreto-Lei n.º 513-Q/79 – Diário da República n.º 296/1979, 2º Suplemento, Série I de 1979-12-26. 1980

1980

Criação dos Conselhos Distritais dos Açores e na Madeira

Decreto-Lei n.º 237/80 – Diário da República n.º 164/1980, Série I de 1980-07-18. Cria os conselhos distritais da Ordem dos Advogados nos Açores e na Madeira.

ADVOGADOS INSCRITOS: 5134

95
anos

Estatuto da Ordem dos Advogados

Entrada em vigor o primeiro Estatuto da Ordem dos Advogados – Decreto-Lei n.º 84/84 de 16 de Março.

ADVOGADOS INSCRITOS: 5818

1986

Advogados europeus: Livre prestação de serviços

Decreto-Lei n.º 119/86 – Harmoniza o direito interno ao preceituado na Directiva do Conselho n.º 77/249/CEE, de 22 de Março de 1977, relativa à livre prestação de serviços em Portugal por advogados de outros Estados membros das Comunidades Europeias.

1987

Regime de Acesso ao Direito e aos Tribunais

Decreto-Lei n.º 387-B/87 – Estabelece o regime de acesso ao direito e aos tribunais. Estabelece o artigo 1º “O sistema de acesso ao direito e aos tribunais destina-se a promover que a ninguém seja dificultado ou impedido, em razão da sua condição social ou cultural, ou por insuficiência de meios económicos, de conhecer, fazer valer ou defender os seus direitos.”

1989

I Congresso Extraordinário dos Advogados Portugueses

O I Congresso Extraordinário decorreu em Maio, em Lisboa, presidido pelo Bastonário Augusto Lopes Cardoso. O seu discurso de abertura encontra-se publicado na Revista da Ordem dos Advogados desse ano. Nesse ano, por deliberação do Conselho Geral, de 10 de Novembro, foi instituída a Medalha de Ouro da Ordem dos Advogados, atribuído a entidades ou a individualidades

95
anos**ADVOGADOS INSCRITOS: 8278**

1992

Dia do Advogado

A 19 de Maio de 1992 comemorou-se, pela primeira vez, o Dia do Advogado, Dia de Santo Ivo, com a presença do Presidente da República que, na ocasião, distinguiu a Ordem dos Advogados com o título de Membro Honorário da Ordem da Liberdade. Publicação do Decreto-Lei n.º 28/92- disciplina o regime do uso da telecópia na transmissão de documentos entre tribunais, entre tribunais e outros serviços e para a prática de actos processuais.

ADVOGADOS INSCRITOS: 9804

1993

Criação do Centro de Arbitragens Voluntárias

Portaria n.º 536/93 – Diário da República n.º 121/1993, Série I-B de 1993-05-25. Autoriza a criação do Centro de Arbitragens Voluntárias da Ordem dos Advogados.

1995

IV Congresso dos Advogados Portugueses

Decorreu no Funchal, 18 a 21 de Maio, o IV Congresso dos Advogados Portugueses.

ADVOGADOS INSCRITOS: 14 836

95
anos

2000

V Congresso dos Advogados Portugueses

Cinco anos depois realizou-se em Lisboa, o V Congresso dos Advogados.

ADVOGADOS INSCRITOS: 18 629

2001

Reconhecimentos e certificações por Advogados

Decreto-Lei n.º 237/2001 Dispensa de escritura pública a realização de determinados actos relativos a sociedades e confere competência às câmaras de comércio e indústria, bem como aos advogados e solicitadores, para efectuarem reconhecimentos e certificar ou fazer e certificar traduções de documentos.

2002

Conselhos de Deontologia

Na sequência das eleições realizadas em 2001 para o Triénio 2002-2004 tomaram posse os primeiros Conselhos de Deontologia da Ordem dos Advogados.

2004

95
anos

exercício da profissão, tenham contribuído relevantemente para a dignidade e prestígio da advocacia, ou que, pelo exercício empenhado de funções ao serviço da Ordem dos Advogados portugueses, nomeadamente no âmbito dos seus órgãos, tenham contribuído relevantemente para o reforço e prestígio da Ordem e, bem assim, a distinguir os cidadãos nacionais e estrangeiros que tenham prestado serviços relevantes na defesa do Estado de direito ou à advocacia. Foi atribuída pela primeira vez ao Presidente do Conseil des Barreaux de l'Union Européenne, Hans Jurgen Hellwig.

ADVOGADOS INSCRITOS: 22 418

2005

VI Congresso dos Advogados Portugueses

O VI Congresso dos Advogados Portugueses decorreu em Vilamoura subordinado ao tema “A Responsabilidade Social dos Advogados”, com a presença do Presidente da República, Jorge Sampaio.

ADVOGADOS INSCRITOS: 24 407

2009

Direitos e garantias dos Advogados

O Decreto-Lei n.º 131/2009 consagrou o direito dos advogados ao adiamento de actos processuais em que devam intervir em caso de maternidade, paternidade e luto e regula o respectivo exercício.

2011

95
anos

ADVOGADOS INSCRITOS: 27 869

2014

Tribunais Plenários

De 1945 a 1974 foram muitos os Advogados que defenderam os presos políticos nos tribunais plenários do regime de ditadura do Estado Novo. Em 2014 a Ordem dos Advogados em conjunto com o Movimento Cívico Não Apaguem a Memória (NAM) promoveram uma homenagem aos 163 Advogados para preservar a memória da resistência ao regime do Estado Novo e a dignificação dos combates travados pela Liberdade e pela Democracia.

2015

Novo Estatuto da Ordem dos Advogados

A Lei n.º 145/2015 aprovou o novo Estatuto da Ordem dos Advogados, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e a Lei da Organização do Sistema Judiciário que consagrou em 2013 o novo mapa judiciário.

2018

VIII Congresso dos Advogados Portugueses

Congresso dos Advogados Portugueses teve lugar nos dias 14, 15 e 16 de Junho, em Viseu, subordinado ao tema “Uma Advocacia Forte numa Sociedade Mais Justa”.

95
anos

2019

Primeiras eleições por voto eletrónico

Em Novembro e Dezembro decorreram as primeiras eleições dos órgãos da Ordem dos Advogados com recurso ao voto electrónico.

ADVOGADOS INSCRITOS: 33 298

2020

Triénio 2020-2021

Em Janeiro de 2020 tomaram posse os novos órgãos da Ordem dos Advogados, entre os quais o Bastonário e Conselho Geral, Conselho Superior, Conselho Fiscal, Conselhos Regionais e Conselhos de Deontologia. Dois meses depois do início do novo mandato foi declarada a situação pandémica mundial cuja evolução implicou uma adaptação imediata e permanente da Ordem dos Advogados, acompanhada pela exigência de defesa dos interesses dos Advogados e a permanente vigilância na defesa do Estado de Direito e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. A 30 de Junho foi aprovado em Assembleia Geral da Ordem dos Advogados o Regulamento sobre a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

ADVOGADOS INSCRITOS: 33 115

2021

95 anos da Ordem dos Advogados

Completam-se os 95 da criação da Ordem dos Advogados, ano em que pela primeira vez os Advogados foram convocados a votar num referendo.

ADVOGADOS INSCRITOS: 33 652



95
anos



Largo de São Domingos, 14 -1º
1169-060 Lisboa

historia@oa.pt
historia.oa.pt
218 823 570

MENU

Cronologia

Associação dos Advogados de Lisboa

Congressos dos Advogados Portugueses

Bastonários e Mandatos

Alterações Estatutárias

Boletim da Ordem dos Advogados

Revista da Ordem dos Advogados

Memória e Testemunhos de Advogados

Arquivo Fotográfico

Partilhe a sua história

A ORDEM

Portal

Boletim

Biblioteca Ordem dos Advogados

